

DO DESVIO ÀS DIFERENÇAS

Richard Miskolci¹

Resumo

O artigo apresenta uma reconstituição histórica da emergência e transformação das teorias sociológicas que buscam compreender comportamentos socialmente classificados como “desviantes”. De uma abordagem inicial comprometida com a moral hegemônica, as ciências sociais progressivamente colocaram em xeque os valores que determinavam a classificação de certos comportamentos como anormais. Assim, a partir da segunda metade do século XX, o desvio dá lugar às diferenças como categoria de análise de forma a questionar os valores que servem como critérios para a invenção do Outro em nossa sociedade.

Palavras-Chave

Desvio Social – Normalização – Ciências Sociais – Diferenças

Abstract

This article presents a historical reconstruction on the creation and transformation of sociological theories that try to comprehend behaviors socially classified as deviant. From an initial approach committed to the hegemonic morals, Social Sciences increasingly criticized those values that determined the classification of some behaviors as abnormal ones. Therefore, during the second half of XX century, deviance gives place to differences as an analytical category. This new concept allows social scientists to question the values that serve as criteria to invent the Other in our society.

Key-Words

Social Deviance – Normalization – Social Sciences - Differences

Em fins do século XIX, nas grandes cidades européias e americanas, autoridades e intelectuais apresentavam um quadro similar sobre os problemas sociais emergentes. Londres, Paris, Nova York,

Chicago, Rio de Janeiro ou São Paulo compartilhavam temores diante dos dados sobre criminalidade, prostituição, suicídios e, em todas elas, não demoraram a surgir projetos de saneamento médico e higienização.²

Neste período, predominava uma visão biológica da sociedade e de seus problemas. A solução de questões sociais e históricas era vista como uma espécie de profilaxia que responderia à questão: por que tantos indivíduos caíam no crime, no álcool, prostituíam-se ou desenvolviam outras formas de comportamento consideradas doentias, mas cujo tratamento ainda não fora descoberto? A resposta mais comum era a de que esses indivíduos problemáticos não eram como a maioria. A solução dos problemas passava pela classificação de cada forma de anormalidade, ou seja, o enquadramento de cada um em seu desvio.

Se o crime e a prostituição já eram considerados alarmantes, algo ainda pior se temia diante do crescimento súbito e desorientador do número de internamentos nos hospícios. Segundo uma tese apresentada à Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro em 1900, em apenas dez anos tinha se dado um crescimento de 7849% no número de internamentos. De 77 entradas no Hospício Nacional em 1889 passou-se a uma média anual de 612 casos em 1898, ou seja, 12 entradas por semana. Tais estatísticas ainda eram vistas como uma pálida estimativa já que se presumia que o número de casos de loucura era muito maior e a administração do Hospício deixava de atender requisições das autoridades por falta de acomodações. Esse cenário de patologia social generalizada se completa com a crônica dos suicídios, prática tornada endêmica e vista como uma febre que se disseminava pela capital do Brasil.³

Esse panorama dos problemas e temores sociais de fins do século retrasado é o ponto de partida necessário para o estudo histórico da normalidade e do desvio social, pois este par relacional de oposições não existia anteriormente. A emergência da normalidade e do desvio só pode ser esclarecida se constatarmos que, ao contrário do que parecia aos pensadores daquela época, os problemas que os afligiam não eram novos.

O crime, a prostituição e outros comportamentos similares existiam há muito. A novidade era a problematização desses fenômenos a partir da ascensão da medicina social, a qual passou a enquadrar as práticas sociais a partir de seus próprios conceitos. Progressivamente toda forma de comportamento que não se enquadrava no padrão burguês passou a ser vista como anomalia e desvio. Assim, é possível

afirmar que fenômenos considerados alarmantes e novos em fins do século XIX não eram novos nem tão alarmantes. O caso do crescente número de suicídios que levou até Émile Durkheim a desenvolver um estudo sociológico sobre o fenômeno é um bom exemplo.⁴ Segundo Ian Hacking, hoje é possível afirmar que não fora o número de suicídios que aumentara de forma espetacular, antes a contabilização dos mesmos devido à melhora do registro de dados e ao avanço dos estudos estatísticos sobre os problemas sociais.⁵

Um artigo de Esquirol numa enciclopédia médica de 1823 estabeleceu o conceito de suicídio e, a partir de então, o fenômeno tornou-se uma questão para os médicos. Já em meados do mesmo século, tornar-se-ia corrente a idéia de que todos os casos de suicídio eram precedidos por sintomas de insanidade. Dessa forma, os médicos passaram a especular sobre o passado dos indivíduos como contendo o segredo sobre o que os levou à autodestruição. Os estatísticos, por sua vez, devotaram-se a contar e classificar os corpos e com este fim criaram formulários para serem preenchidos por médicos e policiais. As formas de matar a si próprio foram tão caracterizadas que chegaram a ser associadas com diferentes nacionalidades. Acreditava-se que a maioria dos franceses se suicidava pela ingestão de monóxido de carbono e por afogamento, enquanto os ingleses preferiam se enforcar ou atirar em si mesmos.

Compreende-se, assim, porque Durkheim se deparou com tantos dados sobre suicídios em fins do século XIX, o que o levou à idéia de que existia uma “corrente suicidógena” em ação. Essa suposta corrente apontava a existência de uma espécie de patologia social a ser diagnosticada e curada. As reflexões do sociólogo francês sublinhavam que a sociedade moderna se baseava em relações impessoais, pressões econômicas antes desconhecidas e uma mudança nos valores que ameaçava a estabilidade dos indivíduos com a tentação de matarem a si mesmos. O que ele não pôde perceber era o caráter histórico do fenômeno suicídio.

Ainda que desde Cícero o suicídio tenha sido um tema importante de reflexão, sua forma contemporânea é uma criação recente que deriva de uma nova classificação das formas de morrer e da medicalização dos atos considerados anti-sociais. Em outras palavras, o suicídio foi “inventado” e passou a representar um problema que gerou diversas abordagens teóricas e práticas.

Outros fenômenos, como a prostituição e o crime, passaram a ser mais visíveis devido à urbanização e o desenvolvimento de grandes cidades. As metrópoles geraram um meio social realmente novo, mas sobretudo concentraram fenômenos e permitiram ver o que antes permanecia oculto. Além disso, é claro que o anonimato das ruas permitiu que mais indivíduos se lançassem a atividades consideradas ilícitas com menos controle do que teriam em vilarejos onde a vida de cada um é controlada sistematicamente pela coletividade.

A avalanche de números ocorreu a partir da década de 1820 na França e as estatísticas tinham um traço comum: a preocupação com a *analyse morale*, ou melhor, com tudo que fosse considerado desvio: suicídio, prostituição, alcoolismo, vagabundagem, loucura, crime, *les misérables*. Esta contagem gerou subdivisões e classificações. Daí os cerca de quatro mil motivos que se entrecruzavam na classificação de crimes e a indicação de que os policiais classificassem os suicídios em 21 formas diferentes. Tais motivos e formas não existiam antes da contagem e esta última também foi produto de uma nova forma de encarar fenômenos já existentes, os quais passaram a ter um novo significado e uma relevância maior para a sociedade. As mudanças sociais transformaram determinados comportamentos e ações em alvo de contagem, classificação e controle.

Fenômenos históricos e socialmente criados passaram a ser encarados de forma naturalizada. Assim, cientistas viam no lugar do desempregado o “vagabundo” e o criminoso era encarado como um anormal nato ao invés de alguém que enveredara pelo crime devido a circunstâncias sociais. A “prostituta”, por sua vez, não era compreendida como alguém sem outra alternativa de sobrevivência além da venda do próprio corpo ou muito menos como uma mulher que optara por uma ocupação tão estigmatizada por livre e espontânea vontade. Ela era vista como uma mulher sexualmente doente.⁶ Dessa forma, todo desvio passou a ser considerado doença assim como o desviante passou a ser declarado um degenerado.

O que realmente havia de novo no desvio era a consolidação de uma nova tecnologia de poder na sociedade, nos termos de Michel Foucault, que o denominou poder disciplinar, um meio de intervenção e normalização social que foi o responsável pela criação do desvio.⁷ Assim, à pergunta sobre o que há de novo no desvio podemos responder: a normalidade, pois esses termos relacionais surgiram a partir da consolidação da ordem social assentada numa tecnologia de poder que

estabeleceu normas, as naturalizou e fez com que todos os que não se enquadrassem nelas passassem a ser classificados como desviantes.

O poder disciplinar é o fundamento de um processo sem fim de normalização social, o qual se relaciona com o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade burguesa. O poder disciplinar se caracteriza por uma técnica positiva de intervenção e controle social baseada na norma, a qual qualifica e corrige ao mesmo tempo. A norma não visa excluir, antes é a pedra de toque de uma técnica positiva de intervenção e transformação social. Os dissidentes passam a ser classificados e corrigidos: “Enfim, vê-se que não se trata de uma demarcação definitiva de uma parte da população. Trata-se do exame perpétuo de um campo de regularidade no interior do qual julgar-se-á sem trégua cada indivíduo para saber se ele é conforme a regra, a norma de saúde definida.” (Foucault, 1999: 43) ⁸

Esse processo de classificação e controle que denominamos de normalização só alcançou seus objetivos através do desenvolvimento, a partir do século XVIII, do que Foucault denominou de bio-poder, um conjunto de práticas e discursos que constituem a sociedade burguesa através do foco nos corpos e na vida. Seu desenvolvimento se dividiu em estágios. Inicialmente, ele agiu pela analogia entre sociedade e corpo. Foi aí que surgiu a “população” e seus fenômenos passaram a ser alvo de contagem pelos governos: o número de habitantes, a taxa de natalidade, de mortalidade, a expectativa de vida, a incidência de doenças e a frequência do desvio comportamental.⁹ A avalanche de números de que tratamos anteriormente faz parte deste processo.

O passo seguinte foi a consolidação do bio-poder com o surgimento da família canônica, na década de 1830. A família burguesa foi essencial como instrumento de controle social e regulação econômica. É no seio dela que se dá a primeira distinção entre o normal e o anormal de forma que toda dissidência com relação a seu modelo economicamente produtivo e biologicamente reprodutivo passou a ser classificada como desvio.¹⁰

O temor do incesto e dos perigos da masturbação infantil que se disseminou a partir de fins do século XVIII criou a necessidade do recurso à medicina para racionalizar o espaço familiar. Assim, na família, os cônjuges tornam-se agentes da normalização social através do dispositivo de sexualidade que associa a ordem familiar aos médicos, pedagogos e, mais tarde, aos psiquiatras e psicólogos.

Durante todo o século XIX, a psiquiatria se esmerou em abranger o domínio que ia da irregularidade familiar à infração legal e, dessa forma, passou a associar as anormalidades na família com os desvios sociais. Um desviante, criminoso ou louco, passou a ser julgado ou diagnosticado sempre a partir de sua inconformidade à formação normativa familiar.¹¹ Sobretudo, o recém criado desvio consolidou-se no pensamento médico e criminológico como um fenômeno biológico, produto de uma natureza anormal.

O próprio termo normal passou a ser compreendido de forma nova, pois tinha como significado corrente o de ortogonal. Normal vem de *normalis*, regra, mas também significa esquadro. Portanto, etimologicamente normal é aquilo que não se inclina para a direita nem para a esquerda. É apenas no início do século XIX que Auguste Comte dá ao termo normal o significado que o atribuímos até hoje. A ambição do sociólogo francês era a de conhecer as leis normais do funcionamento da sociedade. A partir de então, normal passou a ser tudo o que se encontra na maior parte dos casos de uma espécie ou o que constitui a média numa característica mensurável.¹²

A norma desvaloriza o existente para corrigi-lo, ou seja, nenhuma regra é neutra, antes implica referência a um valor. Sob a ilusão dos números e das estatísticas a normalidade esconde seu caráter eminentemente apreciativo. O anormal emerge como desviante e a explicação de seu desvio se assentará crescentemente em uma hipotética natureza corrompida, a qual, na segunda metade do século XIX, será denominada degeneração.

A oposição normalidade e desvio foi criada por teóricos e homens de ação, por isso a história dessa linha de estudos implica uma sociologia do conhecimento tanto quanto uma história das práticas sociais. O conhecimento científico não se desenvolve isolado do contexto social de que faz parte nem as práticas sociais se organizam sem referência a teorias que as criam ou justificam.

A seguir buscarei deslindar as formas como a normalidade e o desvio foram estudados desde o século XIX, o que permitirá ao leitor apreender a origem deste tema, as primeiras formas de compreendê-lo baseadas na naturalização do fenômeno e, por fim, as tentativas de desenvolver abordagens propriamente sociológicas e históricas sobre o que um dia foi visto como doença e degeneração.

A naturalização do social

Os problemas advindos da industrialização e da urbanização crescentes durante o século XIX geraram o temor de que a sociedade que se constituía romperia com as tradições, passaria por um processo de desagregação social sem precedentes e com conseqüências inimagináveis. A imigração, o trabalho feminino, o alcoolismo e as epidemias intensificadas pela concentração urbana levaram muitos cientistas a refletirem sobre o que se passava. Enquanto a nascente sociologia atentava para a ameaça de desagregação (Comte), emergência de conflitos e contradições (Marx) e crescente diferenciação social (Durkheim), a corrente explicativa mais forte tinha sua matriz na biologia e nas conseqüentes analogias entre sociedade e organismo.

Auguste Comte foi o primeiro a formular em termos sociológicos essa analogia no início do século XIX, mas a ele se seguiram Benedict-August Morel e o Conde Arthur de Gobineau. Na Alemanha, onde a saúde pública desenvolvera-se de forma mais rápida do que nos outros países europeus, Rudolf Virchow associou a interação de células no corpo com a interação entre os cidadãos e o corpo político. Na Inglaterra, essas analogias consolidar-se-iam graças às teorias da evolução, da seleção natural e do temor crescente da degeneração que fundamentou toda uma corrente de estudos voltada para o controle da hereditariedade humana, a eugenia.

Segundo Foucault, a influência das ciências biológicas sobre as humanas no século XIX se deve ao fato de que ao abordarem a vida de grupos e sociedades, e até a vida “psicológica”, estas ciências não pensaram na estrutura interna do ser humano, mas sim na bipolaridade médica do normal e do patológico. A tendência geral a classificar como patológicos estados de inconformidade revela o fundo moral de um saber que se constitui pela classificação de toda e qualquer forma de dissidência com relação aos padrões estabelecidos.

A partir de meados do século XIX, teorias afirmavam que a tuberculose, a sífilis, doenças mentais e até o alcoolismo, em suma doenças que atingiam os mais pobres, eram hereditárias. Outros ainda viam na tuberculose o resultado (ou castigo?) por um estilo de vida desviante, um mal que atingia artistas e intelectuais. Na verdade, ela era uma doença infecto-contagiosa que encontrara condições propícias à sua disseminação devido à miséria que criava indivíduos desnutridos e vivendo em moradias mal arejadas e superlotadas.

Segundo os pensadores que refletiam sobre os problemas que hoje denominamos como sociais, a tuberculose, a pobreza e a “vagabundagem” eram irmãos do alcoolismo e da sífilis. Prova de que, naqueles dias, a investigação dos problemas era marcada pela avaliação moral dos comportamentos considerados problemáticos. Um indivíduo tuberculoso ou sífilítico era visto como responsável por “sua doença”, a qual era como o sinal visível de sintomas de inadaptação social que iam do romantismo exagerado e da boêmia (tuberculose) à perversão sexual (sífilis).

O crime, a prostituição, a vagabundagem, o alcoolismo, as ditas “perversões” sexuais eram apenas algumas das tantas outras formas de classificação que podiam ser unificadas como anormalidade. Por trás do desvio havia fenômenos explicáveis de forma social e histórica, mas que teorias deterministas apoiadas na biologia apontavam como tendo uma origem intrínseca nos desviantes, portanto a fonte explicativa principal do desvio era “natural”.

O poder da referência à natureza como fonte explicativa de comportamentos sociais se consolidou a partir da publicação pelo cientista britânico Charles Darwin, em novembro de 1859, de um resumo de um livro no qual ele trabalhava desde 1838. Seu título era *Sobre a Origem das Espécies através da Seleção Natural, ou a Preservação de Raças Favorecidas na Luta pela Vida*. Neste livro, Darwin desafiou concepções da natureza e do lugar do ser humano nela que dominavam desde Aristóteles e eram centrais às ciências naturais até então.

Segundo a ciência pré-Darwin as espécies eram criações divinas fixas, mas seu estudo demonstrava que na verdade as espécies eram eternas mutantes através de um processo natural de variação, luta e seleção dos traços favoráveis à sobrevivência. Desta forma, a adaptação e mudança ocorriam de forma que novas espécies se formavam a partir de antigas num processo de transmissão de características aos descendentes.

As idéias de Darwin constituíram a maior revolução na biologia de que se tem notícia. Mas seus reflexos se disseminaram para muito além dessa ciência de forma que, em poucos anos, a teoria da evolução inaugurou uma nova era na história intelectual humana. A década de 1860 foi profícua no desenvolvimento de teorias relacionadas às descobertas de Darwin e que buscavam estender suas conseqüências para a esfera social.

Francis Galton, sobrinho de Darwin, foi um dos teóricos que mais contribuíram para a popularização das idéias do tio e sua extensão à

esfera humana. Em *Hereditary Genius* (1869), o futuro criador da eugenia defendeu a tese de que a capacidade intelectual humana era hereditária e associada à raça do indivíduo. Esta teoria se revelou convincente a ponto de influenciar Darwin e uma série de outros estudiosos durante décadas.

Diante de obras influentes como a de Galton, Darwin decidiu expor suas idéias sobre o ser humano e seu lugar no esquema da evolução em *The Descent of Man and Selection in Relation to Sex* (1871). O livro se divide em duas partes como o próprio título deixa transparecer. A primeira explora como o ser humano descende de um animal e como ele caminhou em direção à civilização. Nesse ponto, o cientista termina por colocar o “selvagem” como um elo entre o animal e o ser humano civilizado estabelecendo uma cadeia de raças inferiores e aceitando as teorias de Galton sobre a herança de características intelectuais. Na segunda parte, Darwin tenta explicar as diferenças exteriores entre os seres humanos, as quais não podiam ser produto apenas da seleção natural e seu processo de escolha das melhores variações para a luta pela existência. Seus argumentos são complexos, mas reveladores de como as diferenças entre os seres humanos eram vistas como tendo uma origem biológica.

O impacto da teoria de Charles Darwin repercutiu na medicina social, particularmente através da obra de Galton, o criador da eugenia e, na sociologia, através das teorias de Herbert Spencer. Na filosofia, variações da corrente conhecida como *Lebensphilosophie* seguiram premissas biológicas assim como na literatura, o Naturalismo ganhou força em fins do século XIX baseado numa compreensão determinista e hereditária dos problemas sociais.¹³

Qual a razão para o poder das explicações biológicas dos problemas sociais? A matriz biológica apelava para um modelo de compreensão da sociedade e do indivíduo fincado na idéia de natureza, uma entidade que substituiu deus como fonte explicativa. Assim, tudo o que antes se atribuía à criação divina ou sua regulação encontrou nela um sucedâneo. A normalidade de um fenômeno equivalia à sua naturalidade assim como o que a ela escapasse era declarado perigoso.

Os adeptos das explicações biológicas para questões sociais, sobretudo as baseadas na idéia de seleção natural, são hoje conhecidos como darwinistas sociais. Eles foram os principais responsáveis pela naturalização do que foi social e historicamente criado e por criar uma classificação que unificava todos os tipos de desvio sob um termo tão genérico quanto assustador: degeneração.

A degeneração era considerada um desvio da normalidade de fundo hereditário e sem cura. Suas manifestações iam desde estigmas físicos como estrabismo, orelhas imperfeitas, crescimento atrofiado até doenças mentais como histeria, egoísmo exagerado, pessimismo, apatia, impulsividade, emocionalismo, misticismo e completa falta de senso sobre o certo e o errado.¹⁴ Como bem sublinhou Sander L. Gilman, o termo degenerado/a tornou-se o rótulo para o outro como essência da patologia, um rótulo que carregava consigo o fardo de uma condição congênita, portanto sem a menor possibilidade de cura e diante da qual nenhum esforço humano valeria a pena.¹⁵

A partir do exposto, é possível afirmar que, no século XIX, o indivíduo considerado como fadado a um destino de fraqueza, doença e comportamento social perigoso recebia o maior dos estigmas sob o selo do termo degenerado: o atestado de sua queda, a rejeição da redenção em Cristo, apenas sob o verniz cientificista que apontava seu cerne corrompido por alguma forma de desvio sexual. A degeneração era a categoria máxima do opróbrio e a ameaça social que impulsionaria a criação de uma poderosa corrente de estudos conhecida como eugenia.¹⁶

Eugenia (do grego *eu*, bem, *genus*, nascido) é um termo cunhado por Francis Galton em 1883 para abarcar o conjunto de estudos e práticas voltadas para o controle da hereditariedade humana visando a preservação de grupos “raciais” considerados superiores e a contenção da reprodução dos grupos e indivíduos que representassem uma ameaça, sobretudo as “raças inferiores”, os portadores de deficiências físicas, doentes mentais e desviantes em geral.¹⁷

A eugenia emergiu em meio ao contexto histórico imperialista e refletia temores das nações colonizadoras, sobretudo a Grã-Bretanha, de invasão pelo mundo “bárbaro”, ou seja, pelas nações colonizadas. De forma curiosa, a eugenia apela para um ideal de pureza aristocrático, mas o estende de forma bem burguesa para toda a nação. Nesse período de incremento do nacionalismo e competição entre as nações européias, a eugenia se constitui como a ciência do nacionalismo e provê um discurso pretensamente científico que permite compreender nacionalidade como sinônimo de raça.¹⁸

Como ciência da proteção da hereditariedade, a eugenia criou teorias e práticas para o controle da reprodução humana, incentivou a segregação de grupos considerados racialmente inferiores como judeus, ciganos e outras minorias étnicas assim como pregou a esterilização dos portadores de deficiências físicas, de doentes mentais e mulheres pobres

em geral. Dentre os alvos da eugenia, sem dúvida, cumpre destacar as mulheres devido a seu papel reprodutivo e, portanto, de depositárias das expectativas sociais com relação à hereditariedade.

A eugenia buscou responder a demandas sociais através de teorias e técnicas que buscavam eliminar os marginalizados ao invés de acabar com a sua marginalização. Foi uma resposta técnico-científica aos problemas e às demandas de transformação social, uma resposta que visava manter inalteradas as condições de poder na sociedade. Daí o fato de que seus métodos e testes para classificar os indivíduos entre aptos e inaptos para a existência (como testes de QI e medições antropométricas) buscavam demonstrar o que os eugenistas pressupõem de antemão: aspectos como o analfabetismo e a pobreza são hereditários ou, para usar o termo do início do século XX, disgênicos.

Entre os médicos que desenvolveram teorias eugênicas e darwinistas sociais dois nomes merecem destaque: Cesare Lombroso e Richard von Kraft-Ebing. O primeiro era um psiquiatra forense italiano, ou melhor, o mais famoso de todos os criminologistas de seu tempo. O vienense Kraft-Ebing, por sua vez, era colega de Freud e autor do clássico da sexologia no período, *Psychopathia Sexualis*.¹⁹

Cesare Lombroso (1835-1909) escreveu diversos livros caracterizando o criminoso nato, a prostituta, o gênio e até mesmo o anarquista. Seu livro mais famoso, *L'Uomo Criminoso* (1876), teve acolhida internacional imediata e foi traduzido rapidamente para um grande número de idiomas. O sucesso da teoria sobre o criminoso foi tanto que na quinta edição de 1895 a obra foi ampliada 5 vezes e atingiu 1.203 páginas (em contraste com as 252 da primeira edição).

Segundo Lombroso, as características do criminoso nato eram baixa capacidade cranial, testa encolhida, narinas grandes, crânio grosso, orelhas grandes, maxilar inferior protuberante, cabelo crespo e em tufo e dentes caninos proeminentes. O criminologista italiano também afirmava que a maioria dos criminosos era formada por canhotos. Já que essa descrição parece a de algum selvagem, isto levou Lombroso a concluir que o criminoso era alguém que apresentava sinais visíveis de uma origem bárbara, não-civilizada. Apesar desse retrato determinista e racista Lombroso chegou a propor não a pena de morte, mas sim que o Estado deveria enviar assassinos para o exército, onde seriam úteis para a sociedade assim como trapaceiros e vigaristas deveriam ser incentivados a se tornarem policiais ou jornalistas.²⁰

Lombroso não foi o único psiquiatra a alcançar fama internacional com suas idéias a respeito do criminoso nato, da prostituta e do gênio. Em Viena, Richard von Krafft-Ebing tornou-se o fundador da patologia sexual moderna com seu *Psychopathia Sexualis*. A primeira edição da obra surgiu em 1886 e era dividida em cinco seções, cada uma dedicada a um tipo de desvio sexual e marcada por uma forma que se manteria por muito tempo até mesmo nas futuras obras da psicanálise: os estudos de casos clínicos.

Em seu livro, Krafft-Ebing jamais se interroga sobre o contexto social e histórico que poderia explicar as histórias de pacientes analisados caso a caso em seu livro. O que predomina é a diagnose de todos os casos de “perversão sexual” como exemplos de degeneração, portanto, perversões congênitas explicadas hereditariamente.

O psiquiatra vienense enumerou e analisou diferentes tipos de comportamentos sexuais seguindo uma linha explicativa determinista-biológica, o que o levou a afirmar que: “De acordo com o que ensina a experiência, deve ser dito que, entre os atos sexuais que ocorrem, estupro, mutilação, pederastia, *amor lesbicus* e bestialidade podem ter uma base psicopatológica.” (Krafft-Ebing, 1894: 382) Leitores contemporâneos devem perceber pela passagem anterior como era diferente o contexto sócio-intelectual do sexólogo austríaco. A associação entre estupro e bestialidade como sendo fenômenos do mesmo tipo do lesbianismo e do homossexualismo revela a moralidade vigente em seus dias. O estudioso a segue estritamente em sua compreensão do desejo sexual como sinônimo de doença e nem mesmo dentro do casamento esta percepção muda pelas páginas de seu livro, pois todo amor sexual é sempre tingido com as cores perigosas da anormalidade.

A parte final de *Psychopathia Sexualis* prega a regulação legal dos atos sexuais, em especial os considerados perversos. Segundo Krafft-Ebing, o Estado deveria controlar as anormalidades que poderiam resultar em imoralidade. Afinal, acrescenta ele: “Estatísticas criminais provam o triste fato de que crimes sexuais estão crescendo progressivamente em nossa civilização moderna.” (Krafft-Ebing, 1894: 378)²¹

A exposição de teorias como a de Lombroso e de Krafft-Ebing chega a provocar risos em nossos dias, mas durante décadas foi profícua a associação entre comportamentos considerados desviantes e doenças. Essa associação tornava-se ainda mais determinista quando associada à

crença de que o desvio era congênito e hereditário. Assim, jovens românticos e artistas, por exemplo, eram vistos como predispostos a desenvolverem a tuberculose. A prova disso é dada pelo estudo de Sander L. Gilman e sua constatação de que apesar de o bacilo da tuberculose ter sido descoberto por Koch em 1888, o que provava que ela se tratava de uma doença infecto-contagiosa, os manuais de medicina até a década de 1920 afirmavam a existência de uma predisposição genética para o desenvolvimento da doença.²²

A partir da década de 1890, a teoria da hereditariedade desenvolvida pelo biólogo alemão August Weissmann reforçou as crenças eugênicas na impossibilidade de modificação das características herdadas através de educação ou tratamento médico. O cientista afirmava a existência do germoplasma ou embrião plasmático, ou seja, uma parte inviolável da célula que seria a responsável pela herança genética. Segundo ele, o germoplasma seria transmitido sem modificações para as gerações futuras, o que equivalia a dizer que os indivíduos portadores de um germoplasma ruim legariam a seus descendentes sua anormalidade. Assim, indivíduos “anormais” teriam filhos degenerados e isso poderia levar a um processo de decadência social irreversível.

Em 1900, foram redescobertas as teorias de Mendel de agrupamento e recombinação de características hereditárias em plantas, o que fez com que a teoria de Weissmann ganhasse ainda maior autoridade. A estabilidade das características durante cruzamentos genéticos e seu reaparecimento intocado nas gerações posteriores levou cientistas a acreditarem na noção weissmanniana da autonomia e inviolabilidade do germoplasma. Daí a afirmação do eugenista britânico Karl Pearson de que “Nenhuma linhagem degenerada e fraca mentalmente jamais será convertida em linhagem saudável e sã mentalmente através dos efeitos acumulados da educação, boas leis e ambiente sanitário.” (Pearson apud Stepan, 1996: 28)

Diante da “certeza” de que nada poderia reverter uma herança genética negativa, teóricos que se consideravam defensores da sociedade passaram a alertar sobre a rápida multiplicação dos degenerados. Wicksteed Armstrong, por exemplo, afirmou em *The survival of the unfitest* (1933) que para diminuir a fertilidade do degenerado [*unfit*] só existiam três métodos: a esterilização, a segregação e a câmara letal.²³ Como é de conhecimento geral, não demorou para que tais métodos fossem adotados.

Em toda a Europa, nos Estados Unidos e até na América Latina, desenvolveram-se associações eugênicas que promoviam debates, encontros científicos e, principalmente, propostas de controle de natalidade, seleção dos parceiros sexuais segundo sua origem étnica e esterilização de indivíduos considerados degenerados. As esterilizações se tornaram realidade nos Estados Unidos²⁴ e países europeus como a Suécia. Na Argentina, foram implementadas carteiras de identificação racial que definiriam o aspecto eugênico ou disgênico de possíveis casamentos. No Brasil, o exemplo primário de país “miscigenado” desde o tratado do Conde de Gobineau sobre a desigualdade inata das raças, vigorava o temor do avanço da degeneração. Disso resultou a criação da organização eugênica paulista no final da década de 1910, uma associação que durou pouco, mas chegou a contar com intelectuais importantes como Monteiro Lobato. O grupo se desfez em poucos anos, mas seus integrantes se espalharam pelo país e chegaram a exercer cargos públicos em que puderam colocar em prática suas idéias.

Após a Segunda Guerra Mundial um grande silêncio se instaurou sobre a eugenia, o que contribuiu para que muitos imaginassem que ela tivesse sido sepultada nos anais da pseudociência e julgada como a grande responsável pelo Holocausto. A realidade prova o contrário. As teorias eugênicas se espalharam pelo mundo afora em variações que mal encobrem os mesmos objetivos de outrora.

Em nosso país, o darwinismo social marcou a formação de um campo de pensamento social a partir de 1870 e, na corrente eugênica, levou à defesa quer de medidas de “branqueamento” da população quer da miscigenação. A compreensão da nação brasileira como “mestiça” e o mito da democracia racial descendem dessas teorias²⁵ assim como as práticas de controle populacional que fizeram com que um número impressionante de mulheres pobres, especialmente no Nordeste, fossem esterilizadas.

A herança eugênica frutificou também na área de estudos genéticos. A partir de 1953, com a descoberta da estrutura do DNA, o sonho dos eugenistas de desvendar, controlar e quiçá alterar o código genético parecia ter se tornado realidade. Desde então, pesquisas que buscam desvendar o genoma humano afirmam ter como objetivos criar novos remédios e técnicas médicas, mas também têm se caracterizado pela busca de supostos genes “causadores” de comportamentos. Dessa forma, com meios científicos de ponta ainda se pesquisa o ser humano

como um ente natural cuja identidade se assenta em seus genes e não nas condições culturais e históricas nas quais ele se desenvolve.

Dentre as investigações de genes que explicariam comportamentos considerados “anormais” destaca-se a busca pelo gene da homossexualidade. Tal busca parte do pressuposto de que todo comportamento é produto de uma natureza particular. Assim, ao apelar para uma suposta natureza determinante de um comportamento sexual, este tipo de pesquisa consegue a façanha de ser descendente de correntes científicas reacionárias como a eugenia e prova que a tendência à compreensão “naturalizada” da sociedade continua.²⁶ Felizmente, este paradigma explicativo não é mais incontestável e explicações biológicas para questões sociais têm que duelar com as desenvolvidas pela sociologia e a história.

A escola de Chicago e a Sociologia do Desvio

Os primeiros estudos sociológicos sobre o desvio datam da formação da sociologia como ciência na Europa de fins do século XIX. As abordagens iniciais tendiam a corroborar as explicações naturalizantes desenvolvidas por outros teóricos sociais, sobretudo eugenistas. Até mesmo Durkheim, o responsável pela institucionalização da sociologia como ciência, chegou a desenvolver um capítulo sobre a distinção entre o normal e o patológico em *As Regras do Método Sociológico*.²⁷ Ainda que coerente com seu objetivo de só explicar o social pelo social, o sociólogo francês terminou por transferir o binômio normalidade-desvio para a esfera sociológica.

Se considerarmos que a sociologia deve se afastar de explicações naturais e enfatizar os aspectos propriamente sociais e históricos então pode-se afirmar que a sociologia do desvio constituiu-se como uma subárea, ainda que institucionalmente pouco reconhecida, a partir da tradição sociológica da Escola de Chicago. Sua origem está umbilicalmente ligada ao estudo dos problemas que emergiram com a formação da metrópole marcada pelo crescimento populacional acelerado associado à imigração, ao caos urbano, o processo de assimilação de indivíduos vindos de toda parte e com bagagens culturais e históricas as mais diversas e conflitantes.²⁸

Chicago foi uma das cidades que cresceram mais rapidamente no mundo na virada do século XIX para o XX. De um povoado de pouco mais de quatro mil habitantes em 1840 a cidade já ultrapassara um

milhão e cem mil habitantes quando da fundação da Universidade de Chicago em 1892. Esse crescimento espantoso faria com que a cidade alcançasse a marca de três milhões e meio de habitantes em 1930. Os imigrantes de origem europeia assim como os negros vindos do Sul do país em busca de melhores condições de vida criaram uma metrópole multi-étnica marcada pela indústria, comércio diversificado e uma próspera bolsa de valores.

Lado a lado com os sinais de prosperidade surgiram problemas habitacionais, conflitos, tumultos e greves operárias por melhores salários e condições de trabalho. É neste cenário que John D. Rockefeller decidiu investir uma grande quantia na criação de uma universidade. O milionário confiou o projeto a William Harper, o qual idealizou uma instituição de alto nível que contaria desde o início com um centro de pesquisas voltado à formação de doutores e um compromisso de ligar a universidade à vida social exterior. Assim, já em 1910 o departamento de Sociologia e Antropologia era o mais importante dos Estados Unidos e tornou-se o berço da sociologia norte-americana.

O que se convencionou chamar de Escola de Chicago é uma criação *a posteriori* levada a cabo principalmente por Herbert G. Blumer (1900-1987), o qual unificou aspectos que considerava típicos dos estudos desenvolvidos naquela universidade sob o rótulo de Interacionismo Simbólico. O feito de Blumer merece tanto respeito quanto cautela, pois ele transformou uma grande diversidade de pesquisas e abordagens numa tradição com um conjunto coerente de premissas teóricas e uma metodologia clara.²⁹

Assim como Blumer disseminou a tradição “interacionista”, outros enfatizam as fontes pragmáticas da sociologia de Chicago.³⁰ De qualquer forma, é incontestável a importância e a influência que as pesquisas desenvolvidas naquela universidade alcançaram mundo afora e em particular no Brasil, onde alguns egressos de Chicago participaram da criação da Escola de Sociologia e Política no início da década de 1930. Florestan Fernandes mesmo lá estudou e lecionou antes de se transferir para a Universidade de São Paulo.³¹

A preocupação dos pesquisadores de Chicago com o que denominamos de desvio social data desde o início das atividades da universidade, mas foi na década de vinte do século passado que surgiram os estudos exemplares sobre imigração, relações étnicas e delinquência adulta e juvenil. Era o período da lei seca e gângsteres controlavam o crime organizado ao mesmo tempo em que gangues de jovens se

dividiam pelos bairros étnicos da cidade. Segundo Alain Coulon, a criminalidade em Chicago mudava a cada nova onda imigratória. Assim, se no início do século era irlandesa e alemã tornou-se polonesa e italiana na década de 1920 e, por fim, predominantemente mexicana e negra na década de 1950.³²

Os estudos sobre criminalidade eram marcados por abordagens espaço-temporais que enfatizavam a observação das relações sociais em um meio geográfico específico. Os sociólogos de Chicago analisavam o modo de vida de determinados grupos sociais em certo bairro, suas relações, a censura ou ataque de que eram alvo por outros grupos da mesma área ou vindos de outro bairro.

Na década de 1950, os estudos de criminalidade não eram mais tão importantes e predominavam pesquisas sobre profissões e formas de interação social. É neste contexto que surgem pesquisas tão originais com relação a diversas formas de desvio social que alguns passariam a unificá-las como constituindo uma nova tradição, a Segunda Escola de Chicago. Nessa tradição, duas obras marcaram definitivamente os estudos sobre normalidade e desvio, uma de cada um dos teóricos mais conhecidos desta linha de estudos, *Asylums* de Erving Goffman (1922-1982) e *Outsiders* de Howard Becker (1928-).

Goffman publicou *Asylums* em 1961, um livro centrado no mundo dos doentes mentais e seu espaço de tratamento.³³ Uma das inovações metodológicas deste estudo é a “observação participante”, técnica segundo a qual o pesquisador imerge em uma cultura para compreender o vivido e suas regras internas. No caso do livro de Goffman, o hospital é tratado como um estabelecimento social especializado no “cuidado” dos indivíduos e o autor propositalmente não aborda a especificidade da doença mental. Ele descreve minuciosamente a vida cotidiana dos “reclusos”, mas buscando compreender a coerência dos comportamentos a partir das restrições organizacionais. Para isso, o pesquisador adota o ponto de vista dos internos e mostra que os comportamentos podem ser submetidos a *diferentes* leituras: uma leitura médica e “psicologizante” que interpreta as atitudes dos pacientes como sintomas de inadaptação à sociedade e à vida normal ou uma leitura interior, qual seja, a que mostra que essas mesmas atitudes resultam de uma adaptação racional ao contexto hospitalar e às suas restrições.

Goffman inicia afirmando que uma das formas de classificar instituições é de forma a colocar em relevo o grau em que elas são

“fechadas”. Ele utiliza o termo criado por Everett Hughes em 1952, e utilizado posteriormente por muitos cientistas sociais e filósofos, de “instituições totais”, as quais seriam aquelas que, tais como monastérios, são totalmente, ou quase, fechadas para o mundo exterior. Estas instituições se dividem, de forma geral, em quatro tipos: as devotadas aos indigentes, órfãos, cegos, etc; as especializadas em indivíduos considerados perigosos para o resto da sociedade (pelo contágio) como os leprosários e hospitais mentais; os lugares que buscam proteger a sociedade como um todo: campos de concentração, prisões e, por fim, as instituições estabelecidas em isolamento como forma para alcançar melhor seus objetivos, ou seja, as forças armadas e os campos de trabalho.

Há claras similaridades entre a pesquisa de Goffman e os estudos empreendidos na França por Michel Foucault, mas também algumas distinções. Goffman enfatiza o papel da instituição de forma que até os psiquiatras poderiam ler seu livro e se sentir vítimas da “instituição social” que molda seus atos, portanto se não os isenta de seu papel de controle social ao menos os coloca como “obrigados” a agirem como agem devido à instituição e suas regras enquanto em Foucault as críticas também se dirigem ao campo dos saberes psiquiátricos e seu papel ativo na criação das instituições. Não que Goffman ignore a distinção entre internos e pessoal, a qual ele expõe e analisa com o objetivo de colocar em relevo os três elementos condicionalizantes da instituição total: isolamento, racionalização e controle disciplinar. Esses elementos em combinação tornam-se claros nas práticas que diminuem a identidade social e pessoal do interno, cuja liberdade é drasticamente cortada desde a admissão na instituição.

Goffman mostra como a admissão em uma instituição total se dá através de procedimentos que são, na verdade, rituais de degradação. Essas instituições não destroem uma auto-imagem e a trocam por outra fabricada por elas, pois nelas se passa algo mais restritivo do que aculturação ou assimilação. Todas as oportunidades de ação, interação ou ainda de participação em eventos que se passam na sociedade exterior são vedadas ao interno. Assim, se ele fica bastante tempo em uma dessas instituições acaba por ser “treinado” para se tornar um incapaz com relação ao mundo exterior.

O processo de deterioração da capacidade do paciente de se reintegrar na vida exterior é aprofundado pelo que Goffman denomina de perda de papel (*role dispossession*). Na vida cotidiana, as pessoas têm que

“atuar” de acordo com um grande número de situações, mas este “jogo de cintura” é perdido por alguém cuja vida passa a ser pura rotina e marcada pela uniformidade de situações. Além disso, a própria auto-imagem do interno é mantida sob ataque constante e há uma obrigação a dotar um comportamento submisso. Em todas as instituições totais, os internos sempre se deparam com a afirmação de que seu passado foi um fracasso, de que a causa dele estava dentro dele mesmo, de que sua atitude com relação à vida é errada e que se ele quer ser alguém terá que mudar sua forma de lidar com as pessoas e sua própria concepção a respeito de si mesmo.

Goffman explica como instituições sociais criam a “anormalidade”, transformam os indivíduos em pacientes e sua identidade em caso patológico. Seu estudo desloca a ênfase tradicional no desvio para as instituições e os processos envolvidos em sua constituição como objeto de reflexão teórica e cuidado prático. Dessa forma, seu empreendimento sociológico rompe com a tendência anterior de confirmar, ou até mesmo justificar, formas de controle e normalização social.

Um colega de Goffman iria ainda mais longe no processo de compreensão do desvio como criação social que envolve, sobretudo, o estudo dos responsáveis por sua criação. Howard Becker começou suas pesquisas na Universidade de Chicago lidando com a sociologia do trabalho, mas nos anos cinquenta passou a adentrar no campo da delinqüência e o renovou com seu estudo sobre os músicos de jazz, estudo que foi publicado como *Outsiders* em 1963.³⁴

A abordagem utilizada por Becker para estudar os músicos usuários de maconha é a mesma que ele utilizou em seus estudos de situações de trabalho. A idéia principal, tão cara a seu professor Hughes, é a de que uma situação dada é o resultado de interações entre os agentes. Para compreender tal situação, é necessário levar em conta o conjunto das partes que são implicadas. Assim, para estudar os comportamentos desviantes não bastam dados oficiais e estatísticos. É necessário levar em consideração aqueles que impõem as normas ou formulam as acusações ao mostrar como tal indivíduo ou grupo vem a transgredir essa norma ou foi rotulado como desviante. Quem acusa quem e de quê? Esta é a questão que se deve impor ao pesquisador diante de um comportamento ou identidade socialmente proscritos.

Dentro da perspectiva adotada por Becker, o desvio não é uma característica específica de certas categorias de pessoas. O caráter

desviante ou não de um ato depende da maneira segundo a qual os outros reagem. Por exemplo, os policiais não prendem todas as pessoas que cometem crimes. O desvio traduz uma fuga às normas fixadas pelos grupos sociais, mas para ser considerado como desviante é necessário também se tornar objeto de uma acusação.

Becker estende ao estudo do desvio a noção de carreira que empregava em seus estudos da sociologia das profissões. Ele encontra na noção de carreira a idéia de uma evolução por etapas em que o resultado final nunca é certo. Herbert Blumer costumava afirmar que engajar em uma atividade ilegal não significava nada em si, pois um roubo isolado não é o mesmo que a altamente complexa atividade de roubar com frequência. É necessário saber o que, de quem roubar e para quem vender de forma a tornar essa atividade conseqüente e lucrativa. Roubar é uma atividade que se aprende, tem etapas.

A sociologia do desvio de Becker propõe uma distinção entre fatos e o ato de acusação e admite que as acusações não são sempre exatas. Há variantes no sistema penal de país para país, por exemplo. Assim, o sociólogo norte-americano não enfatiza o comportamento ou ato “desviante” em si, mas sim os processos pelos quais os desviantes são definidos pelo resto da sociedade. Segundo sua teoria da rotulagem (*labeling theory*), o desviante é aquele que é designado como tal e não existe um consenso que defina claramente o que é a violação de uma norma ou mesmo o que seria uma norma nas sociedades modernas. Na verdade, ser designado como desviante resulta de uma variedade de contingências sociais influenciadas por aqueles que detêm o poder de impor essa classificação.

A sociologia do desvio desenvolvida por Becker e Goffman funda-se na necessidade de abordar as condições nas quais as normas são instituídas. Além disso, Becker e sua abordagem interacionista convida à compreensão do desvio como um processo em constante elaboração, no qual o indivíduo pode ou não se engajar. Quanto mais ele se engaja, mais ele é implicado e mais difícil se torna renunciar a isso. O paralelo com a sociologia do trabalho surge na adoção da noção de “carreira”: cada tipo de desvio consiste em uma carreira específica, mas o esquema de engajamento é similar: primeiro há um ato primário (que pode permanecer secreto e mesmo ser não-intencional), depois a aquisição de uma identidade desviante e, finalmente, a adesão a um grupo desviante.

Becker sublinha o papel fundamental da sociedade na definição das carreiras desviantes. A vida dos músicos de Jazz de Chicago, por

exemplo, se resume em uma tensão entre o desejo de fazer música de qualidade, o que os mantém na marginalidade, e a demanda social por música comercial, da família por ascensão e estabilidade. A válvula de escape se torna a construção de relações que permitam ao músico tocar em bons lugares. De certa forma, essa solução é paralela à do ladrão que se alinha em uma quadrilha, portanto organiza sua vida de forma a se estabelecer em sua carreira (no caso realmente desviante segundo as normas burguesas) de forma definitiva e com relativa estabilidade.

As pesquisas desenvolvidas por autores como Goffman e Becker conseguiram superar o que parecia ser uma conformação dos estudos sociológicos às premissas e, sobretudo, aos objetivos sociais de normalização e controle. A teoria da etiquetagem inaugura uma abordagem em que os comportamentos rotulados como desviantes não são o foco da investigação, antes o meio pelo qual certos grupos sociais detém o poder de rotular outros como desviantes.

Apesar dos estudos de Goffman e Becker não se aprofundarem em uma gênese histórica do chamado “desvio”, sem dúvida se inserem no movimento de mudança de uma abordagem fincada no conceito de desvio para uma fundada no de diferenças.

A emergência das diferenças

A inflexão epistemológica que permitiu a passagem dos estudos sobre normalidade e desvio para uma abordagem sobre as diferenças começou após a Segunda Guerra Mundial, ou seja, associada ao declínio dos modelos biológicos de compreensão de identidades sociais. Os ideais eugênicos de gestão da nacionalidade, o racismo e outras justificativas para a manutenção e aprofundamento de desigualdades históricas foram abalados pela revelação das atrocidades de guerra, em especial os campos de concentração. Surgia, assim, um impulso para o desenvolvimento de um novo paradigma de compreensão da diversidade social em seus aspectos étnico-raciais, culturais e até mesmo da sexualidade. Esse só se desenvolveu aos poucos e associado a movimentos sociais como o feminismo, a anti-psiquiatria e o movimento de afirmação negra.

Ao menos três correntes marcaram a mudança da abordagem do desvio para a da diferença: os feminismos e seus desenvolvimentos nos estudos de gênero, os estudos sociológicos e culturais voltados para a compreensão das diferenças e a obra de Michel Foucault. A seguir, exporei de forma sintética, mesmo porque com intuito meramente

didático, cada uma das correntes e, por fim, apresentarei um panorama dos estudos *queer*, os quais mesclam, aprofundam e criam um novo paradigma teórico a partir dessas três referências.

Desde a publicação de *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir, o feminismo tornou visíveis os processos sociais e históricos que levaram à construção da mulher como um Outro do ser hegemônico, o homem. Contribuiu, assim, para o desenvolvimento dos estudos sobre diferenças devido a seu próprio objeto de crítica e por adotar a perspectiva da metade (feminina) da humanidade que é objeto de processos de subordinação e controle.

Progressivamente, tornou-se claro que as mulheres não podiam ser vistas como desviantes e sua condição de inferioridade social mostrava que elas vivenciavam processos similares aos de outros “diferentes”. Os processos de subalternização e controle possuíam similaridades, mas também distinções temporais e locais, assim não podiam mais serem explicados de forma genérica e atemporal por conceitos como o de dominação masculina a partir do Patriarcado. Gayle Rubin, com o objetivo de trazer à luz esses processos de forma a levar em conta os aspectos locais e históricos, introduziu o conceito de gênero como categoria de análise em seu texto “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a ‘Economia Política’ do Sexo” (1975).³⁵ Segundo a antropóloga, o gênero seria um imperativo da cultura que opunha homens e mulheres por meio do parentesco. De forma geral, o que havia era um sistema em que a sociedade imprimia significado à diferença sexual biológica de forma a justificar e fazer valer a dominação masculina. Pouco a pouco, pesquisadores que trabalhavam com a categoria mulheres se aproximaram do gênero e houve uma expansão dessa linha de estudos, os quais encontraram interfaces nas pesquisas sociológicas sobre diferenças, além, é claro, da influência de Foucault.³⁶

Na década de 1960, muitos estudos avançaram na constituição do que hoje denominamos de sociologia das diferenças. Goffman, em *Estigma* (1963), propôs explicitamente modificar a perspectiva hegemônica sobre o desvio e passar a focar os normais e as regras de normalidade socialmente prescritas. Além de provar que o desvio na verdade se tratava de diferença com relação às normas sociais, ele definiu a identidade daquele que era considerado absolutamente normal: “um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com um sucesso recente nos

esportes.” (Goffman, 1988:139) Qualquer desvio desse modelo resultaria em diferenças que seriam socialmente avaliadas como desvios.

Os Estabelecidos e os Outsiders (1965) de Norbert Elias e John L. Scotson, explorou as razões por trás da divisão de uma pequena cidade inglesa, em tudo aparentemente homogênea, em “a boa sociedade” e os *outsiders*. A investigação das relações de poder que permitiam que parte da população se sentisse superior à outra permitiu demonstrar como diferenças são construções sociais que resultam de uma repartição desigual do poder.

Inspirados parcialmente na teoria de Becker sobre os empreendedores morais, um conjunto disperso de pesquisas começou a configurar os estudos sobre pânicos morais. O inventor do conceito foi Stanley Cohen em sua investigação sobre o temor social diante das gangues, em fins da década de 1960. A partir de então, estudos na mesma perspectiva analisam a resistência coletiva às pressões por mudanças comportamentais que colocam em xeque dogmas morais e crenças sociais arraigadas.³⁷

Mais recentemente, teóricos como Kenneth Thompson enfatizaram o papel da mídia como veículo de discussão e “defesa” dos limites morais da sociedade. A imprensa em geral, e a marrom em particular, tende a privilegiar abordagens moralizantes sobre fenômenos sociais novos. Assim, contribuem para a emergência e disseminação de pânicos morais, os quais costumam resultar em reações institucionais fundadas no controle coletivo de comportamentos e estilos de vida. Alguns exemplos são a reação conservadora diante da AIDS no início da década de 1980 e o renascimento do temor da pedofilia na década seguinte.

A contribuição de Michel Foucault para o desenvolvimento dos estudos sobre diferenças exigiria um estudo à parte, mas, de forma geral, devemos creditar a ele as obras que analisaram como se deu historicamente a transformação de comportamentos ou práticas rejeitadas socialmente em identidades consideradas anormais.³⁸

A partir da publicação de sua tese de doutorado *História da Loucura na Idade Clássica* em 1961, Foucault desenvolveu uma obra instigante que provaria a historicidade de fenômenos antes considerados naturais ou sem história.³⁹ A história da loucura, por exemplo, surpreendeu por não ser a história da psiquiatria, portanto não confundia loucura com o saber sobre ela. Ao contrário, Foucault trouxe à tona uma história dos sem voz, a dos arquivos esquecidos e indivíduos silenciados

por um saber e práticas que os transformaram em pacientes, casos patológicos, em suma, seres considerados incapazes de proferir alguma verdade sobre si mesmos.

Foucault também inovou ao desenvolver uma metodologia histórica que não seguia a forma seqüencial nem pode ser reconstituída apenas pela busca da origem de uma problemática. A história da loucura, por exemplo, exigia reconstituir discursos sobre ela a partir de um determinado período, o qual não era considerado a origem, mas sim o criador do que passamos a compreender como loucura. Enfim, a história da loucura revelava-se a história de sua invenção social, a qual Foucault prova não existir sem referência a um contexto social e histórico assentado em valores precisos.

A obra de Foucault é vasta e aparentemente diversa, mas não seria exagero dizer que pode ser compreendida como um só projeto teórico. O pensador francês desenvolveu pesquisas que resultaram em duas histórias articuladas por uma teoria do poder: a história da loucura e a história da sexualidade.⁴⁰ Duas histórias que se entrelaçam e talvez formem uma única. O que as une é o mesmo processo de criação através de uma nova tecnologia de poder disciplinar ou normalizador, um poder que se assenta num contínuo exame e correção dos indivíduos segundo a norma ou regra vigente.

Na academia norte-americana, os livros de Foucault provocaram uma revolução nos departamentos de literatura e história cultural. A influência de movimentos políticos afirmativos feministas, gays, lésbicos e étnico-raciais nestes departamentos fez com que as idéias do estudioso francês tivessem uma acolhida especial, pois elas forneciam armas metodológicas para repensar a posição desses grupos na sociedade. A historicização de categorias antes aceitas como naturais relativizou valores morais de forma a fornecer ferramentas críticas com relação às práticas sociais de controle e normalização.

O aspecto histórico da metodologia de Foucault foi decisivo na criação de uma nova corrente de estudos que enfatiza a necessidade de des-construir identidades sociais naturalizadas como mulher, gay, lésbica, homossexual, heterossexual. Esta linha de pesquisa passou a ser conhecida no fim do século passado como *Queer Theory*, algo como teoria gay ou teoria “esquisita” já que o termo *queer* em inglês é um xingamento dirigido a gays e lésbicas e também a palavra mais utilizada para identificar alguém como desviante ou anormal.⁴¹

O que caracteriza os estudos *queer* é a apoio na história para evidenciar e desconstruir pressupostos que embasam práticas sociais e, principalmente, conceitos e teorias arraigados nas ciências. Teóricos *queer* provaram o caráter compulsório da heterossexualidade e a forma como ela embasa saberes e práticas sociais. O objetivo não é a defesa da homossexualidade, antes a crítica do sistema único formado pelo par heterossexualidade-homossexualidade, o qual esconde e refuta a diversidade por meio de apenas duas categorias naturalizadas.

As análises *queer* buscam desconstruir categorias identitárias através do esmiuçamento dos processos históricos que as criaram.⁴² Levam-nos a compreender toda forma de comportamento como construção social e histórica e trazem à luz as estruturas de poder e dominação que estabelecem os padrões de aceitabilidade e rejeição de identidades. Afinal, identidades (estigmatizadas) nada mais são do que construções de diferenças a partir de comportamentos e estilos de vida.

Dentre os profícuos estudos *queer*, destacam-se as reflexões pioneiras de Eve Kosofsky Sedgwick e a instigante obra de Judith Butler. Sedgwick foi uma das estudiosas que mantiveram a tradição foucaultiana e a inovaram a partir de obras como *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire* (1985), livro em que parte de uma discussão das relações entre homens em obras literárias do século XIX para analisar questões de gênero e de dominação social.

Sedgwick usa uma tríade de termos para analisar as relações sociais nos romances de língua inglesa do século retrasado: homossexualidade, homosociabilidade e homofobia. A partir deles, a pesquisadora explora como as relações entre homens em nossa sociedade têm sido consolidadas através de “triângulos eróticos”, um conceito adaptado do trabalho de René Girard. O desejo entre homens é legitimado numa base homosocial, ou seja, através dos laços que mantêm os privilégios do sexo masculino. Tal homosociabilidade envolve homens trabalhando conjuntamente e é regulado por duas formas de opressão: homofobia e misoginia. Para garantir que a relação entre homens seja estruturante socialmente são necessárias duas formas de opressão: o casamento como instituição que mantém a mulher como meio de troca entre homens e a heterossexualidade, a qual mantém o estigma contra relações sexuais entre homens.

Sedgwick expõe como é difícil manter intacta tal ordem social, pois ela se baseia em relações privilegiadas entre homens que permanecem em proximidade perigosa da homossexualidade que a

camaradagem patriarcal é obrigada a condenar. Com isso, a pesquisadora coloca em xeque a dicotomia tão aceita entre heterossexualidade e homossexualidade, as quais se revelam partícipes de uma mesma estrutura de poder. Sedgwick, através de análises literárias brilhantes, sublinha como a sexualidade é necessariamente produto de uma determinada época e sociedade além de ser um veículo para a manutenção de uma ordem de poder e dominação entre homens e mulheres.

A obra de Judith Butler coloca em evidência a heterossexualidade compulsória que estrutura algumas das teorias mais influentes do século XX. Em *Problemas de Gênero* (1990), a filósofa norte-americana mostrou o pressuposto da proibição da homossexualidade que reside por trás do tabu do incesto, base da psicanálise e da teoria do parentesco de Lévi-Strauss. Em *Bodies that Matter* (1997), apresentou uma crítica às concepções estáticas de identidade e reformulou a categoria gênero como a base a partir da qual se “criam” sexos imutáveis e supostamente definidores de identidades. Assim, segundo a filósofa, o gênero não deveria ser visto como mera inscrição cultural de significado em um sexo biológico, mas como meio cultural e discursivo por meio do qual o “sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo.

Na linha dos estudos culturais, alguns estudiosos pós-foucaultianos empreenderam análises que contestam a sexualidade como espécie de centro gravitacional em torno do qual girariam todas as relações de poder na sociedade. Sander L. Gilman, por exemplo, enfatizou as relações entre raça e sexualidade para compreender as relações de dominação. O historiador cultural norte-americano afirmou que a observação feita por Freud em 1926 de que a mulher era o continente “negro” da psicanálise aludia a uma concepção de mundo que associa “a sexualidade feminina à imagem do colonialismo contemporâneo e, portanto, ao exotismo e à patologia do Outro.” (Gilman, 1995:107) Assim, representações da sexualidade assumem definição racial, como é claro na visão imperialista do negro, sobretudo a mulher, como portador/a de uma sexualidade cuja selvageria permaneceria sem controle pela ordem civilizada (Gilman, 1985: 126). Afirmações como essa sublinham a articulação entre sexualidade e raça nas relações de dominação no colonialismo e em suas derivações contemporâneas.

No Brasil, a influência de Foucault se tornou evidente em fins da década de 1970 na psiquiatria e na filosofia⁴³ e se disseminou na

década seguinte em outras disciplinas acadêmicas. Na história, por exemplo, tal entrada se deu com certa mistura com a história social de cunho marxista na linha de E. P. Thompson. Neste ponto de viragem da historiografia nacional, surgiu o trabalho pioneiro de Margareth Rago *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890-1930* (primeira edição de 1985), livro que reconstituiu a história das práticas de controle social na cidade de São Paulo e as articulou à emergência de uma forma de resistência política voltada para novas formas de viver em sociedade, o anarquismo. A redescoberta do simbólico e do cultural refletiu-se também na filosofia e, no final da década de 1980, Kátia Muricy desenvolveu um estudo inovador sobre a forma como a obra de Machado de Assis apresentou uma crítica ao processo de normalização burguesa da sociedade brasileira do final do século XIX.⁴⁴

Na década de 1990, o efeito Foucault se aprofundou a ponto de influenciar estudos históricos centrados em subjetivações, nas formas através das quais os próprios sujeitos participaram de sua construção como sujeitos morais. Resultaram desta linha de reflexão muitos estudos de filosofia e sociologia⁴⁵, mas principalmente investigações na área de gênero. Pesquisadores buscaram reconstituir historicamente as práticas que criaram sujeitos hegemônicos e excêntricos, ou seja, uma estrutura de relações fincada em jogos de poder reguladores e normativos.⁴⁶

As investigações sobre diferenças surgiram da superação do paradigma da normalidade e do desvio, o qual obscurecia as relações de poder e os processos históricos responsáveis pela constituição de desigualdades na sociedade contemporânea. Os estudos sobre diferenças mostraram como esses processos se apoiaram no poder disciplinar descoberto por Foucault e, em nossos dias, muitos já lidam com a idéia de que vivemos sob uma sociedade de risco, ou seja, na qual vigora uma forma ainda mais sofisticada de poder: o controle (Deleuze, 1995).

Quer sob a égide da disciplina ou do controle, algumas práticas sociais ainda se fundam na oposição normalidade-desvio e até em algumas discussões acadêmicas persiste um fundo de desvio na chamada diferença. Percebe-se que os estudos sobre diferenças não extinguiram o binarismo anterior, mas permitiram que estudiosos rejeitassem o argumento de que alguém é desviante ou anormal por não seguir as regras socialmente prescritas. Assim, o antigo desvio, termo que prestava reverência à normalidade, dá espaço à diferença, conceito engajado na aceitação do Outro e na oposição a qualquer tentativa de avaliá-lo sob a perspectiva do olhar hegemônico. Sobretudo, a perspectiva das

diferenças sublinha as relações de poder implicadas na classificação de indivíduos como distintos (e inferiores) à maioria.

A adoção de uma perspectiva não-hegemônica sobre os indivíduos cujas identidades são socialmente rejeitadas associada à metodologia histórica em sua versão foucaultiana permitiram que as ciências sociais se voltassem para o estudo da gênese das diferenças. Identidades sociais só se constituem a partir da diferença, ou seja, da “designação do outro, que distingue categorias de pessoas a partir de uma norma presumida (muitas vezes não explicitada).” (Scott, 1998, p.297) Assim, explicitar essas normas presumidas de forma a colocá-las em questão passou a ser a tarefa de pesquisadores comprometidos com uma visão mais igualitária de sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Marcos César. (2003) *Bacharêis, Criminologistas e Juristas – Saber Jurídico e Nova Escola Penal*. São Paulo, Método.
- BECKER, Howard. (1997) *Outsiders*. Simon&Schuster.
- BIRMAN, Joel. (1978) *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro, Graal.
- BRISTOW, Joseph. (1997) *Sexuality*. New York/London, Routledge.
- BURNS, Tom. (1992) *Erving Goffman*. London, Routledge.
- BUTLER, Judith. (2003) *Problemas de Género*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CABIN, Phillipe e Dortier, Jean-François. (2000) *La Sociologie – Histoire et Idées*. Paris: Éditions Sciences Humaines.
- CANGUILHEM, Georges. (1995) *O Normal e o Patológico*. Tradução de Maria T. R. de C. Barrocas. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- COHEN, Stanley. (1972) *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. London, MacGibbon & Kee.
- COSTA, Jurandir Freire. (1979) *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal.
- COULON, Alain. (1994) *A Escola de Chicago*. Campinas, Papirus.
- DARWIN, Charles. (1968) *A Origem das Espécies*. São Paulo, Hemus.
- DELEUZE, Gilles. (1995) *Conversações*. São Paulo, Editora 34.
- DUBAR, Claude. (2000) *La Crise des Identités*. Paris, PUF.
- DURKHEIM, Emile. (2003) *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2000) *O Suicídio*. São Paulo, Martins Fontes.
- ELIAS, Norbert e Scotson, John L. (2000) *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ERIBON, Didier. (2001) *Reflexiones sobre la cuestión gay*. Barcelona, Editorial Anagrama.
- FOUCAULT, Michel. (1985) *História da Sexualidade II*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- _____. (2001) *Os Anormais*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1998) *Vigiar e Punir*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes.
- GALTON, Francis. (1979) *Hereditary Genius*. London, Julian Friedman.

- GIDDENS, Anthony. (2001) *Em Defesa da Sociologia*. São Paulo, Editora UNESP.
- GILMAN, Sander L. (1994) *Difference and Pathology- Stereotypes of sexuality, race and madness*. Ithaca, Cornell University Press.
- _____. (1984) *Disease and Representation. Images of Illness from Madness to AIDS*. Ithaca, Cornell University Press.
- _____. (1995) *Franz Kafka, the Jewish patient*. New York, Routledge.
- GOFFMAN, Erving. (2000) *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (1988) *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro, LTC.
- Goode, Erich & Ben-Yehuda, Nachman. (1994) *Moral Panics – The Social Construction of Deviance*. Malden, Blackwell Publishing.
- GREEN, James N. (2000) *Além do Carnaval – A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX*. São Paulo, Editora da UNESP.
- HALL, Stuart et alli. (1978) *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*. London, Macmillan.
- HAWKINS, Mike. (1998) *Social-Darwinism in European and American Thought* Cambridge, Cambridge University Press.
- JAGOSE, Annemarie. (1996) *Queer Theory – An Introduction*. New York, New York University Press.
- JOAS, Hans. (1999) Interacionismo Simbólico In: Giddens, Anthony e Turner, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora Unesp, p.127-174.
- KRAFFT-EBING, Richard von. (2001) *Psychopathia Sexualis*. São Paulo, Martins Fontes.
- LIMA, Rita de Cássia Pereira. (2001) Sociologia do Desvio e Interacionismo. In: *Tempo Social-Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: Dep. Sociologia da USP, v.13 (1), p.185-201.
- LOMBROSO, Cesare. (1876) *L'Uomo Criminoso* Roma, s.e.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – Uma Política Pós-Identitária para a Educação In: *Estudos Feministas*
- MACHADO, Roberto. (1978) *Danação da Norma*. Rio de Janeiro, 1978.
- MISKOLCI, Richard. (2003) Reflexões sobre Normalidade e Desvio Social In: *Estudos de Sociologia*. Araraquara, Dep. Sociologia/Pós-Graduação em Sociologia, v.13/14, p.109-126.
- _____. (2003b) *Thomas Mann, o Artista Mestiço*. São Paulo, Annablume/FAPESP.
- ORDOVER, Nancy. (2003) *American Eugenics – Race, Queer Anatomy, and the Science of Nationalism*. Minneapolis, Minnesota University Press.
- PISCITELLI, Adriana. (2002) Re-criando a (categoria) mulher? In: *A Prática Feminista e o Conceito de Gênero*. Textos Didáticos, n.48. Campinas, IFCH/UNICAMP.
- RAGO, Margareth. (1993) As Marcas da Pantera: Foucault para Historiadores In: *Resgate*. Campinas, Centro de Memória da UNICAMP, p.22-32.
- _____. (1997) *Do Cabaré ao Lar – Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2005) “Mujeres Libres: anarco-feminismo e subjetividade na revolução espanhola.” *Verve*, 7: 132-152.
- _____. (1991) *Os Prazeres da Noite – Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo*. São Paulo, Paz e Terra.
- RUBIN, Gayle. (1975) The traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy of Sex’” In: Reiter, Rayna. *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press, New York.

- _____. (1992) Thinking Sex In: Ablove, Henry et alli. *The Lesbian and Gay Studies Reader*. London/New York, Routledge.
- _____. (2003) Tráfico Sexual – Entrevista In: *Cadernos Pagu*. Campinas, NEG-Pagu, 21, p.157-209.
- SCHWARZ, Lília Moritz. (2000) *O Espetáculo das Raças - Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras.
- SCOTT, Joan W. (1998) “A Invisibilidade da Experiência.” *Projeto História*. São Paulo, p.297-325.
- STEPAN, Nancy Leys. (1994) Raça e Gênero - O Papel da Analogia na Ciência In: *Tendências e Impasses - O Feminismo como Crítica da Cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, p.72-96
- _____. (1996) *The Hour of Eugenics- Race, Gender, and Nation in Latin America* Ithaca: Cornell University Press.
- _____. (1982), *The Idea of Race in Science: Great Britain 1800-1960*. London, Macmillan.
- SWAIN, Tania Navarro. (2002) Identidade Nômade: Heterotopias de Mim. In: RAGO, Margareth et alli. *Imagens de Foucault e Deleuze: Ressonâncias Nietzscheanas*. Rio de Janeiro, DP&A.
- SWINGEWOOD, Allan. Self, Society and the Sociology of Everyday Life. In: *A Short History of Sociological Thought*. P.252-274
- THOMPSON, Kenneth. (1998), *Moral Panics*. London, Routledge.

NOTAS

- ¹ Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar /richardmiskolci@uol.com.br
- ² Margareth Rago apresenta uma história dos projetos e tentativas de higienização do espaço urbano em São Paulo em *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 (1.a edição 1985).
- ³ Sevcenko, Nicolau. *Literatura como Missão – Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.62-63.
- ⁴ Durkheim, Emile. *O Suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ⁵ Nas reflexões sobre as estatísticas e a criação de categorias sociais que viriam a ser vistas como naturais devo muito a Ian Hacking, em especial seu texto Making Up People In: *Reconstructing Individualism*. Stanford: Stanford University Press, 1986. p.222-236.
- ⁶ Margareth Rago analisa detidamente as teorias “científicas” a respeito da prostituta e as medidas sociais de controle da prostituição em *Os Prazeres da Noite – Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- ⁷ Sobre o poder disciplinar veja Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- ⁸ O curso do qual faz parte a citação acima foi publicado em português como *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ⁹ Veja Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal,

¹⁰ Para a discussão da centralidade da instituição familiar na distinção entre o normal e o desvio veja a aula de Foucault do dia 12 de março de 1975 do curso *Os Anormais*. *Opus cit.*, 2001, p.335-370.

¹¹ Cf. Foucault, Op.Cit.

¹² Sobre esta distinção consulte Canguilhem, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Canguilhem discute cuidadosamente o caráter qualitativo da classificação da anormalidade e explora a forma como Comte “dissimula” através de uma ênfase em medições e números o fato de que sua compreensão do patológico é marcada por um julgamento de valor prévio.

¹³ Sobre as relações entre a literatura e as teorias deterministas, em especial as raciais e sexológicas, consulte Miskolci, Richard. *Thomas Mann, o Artista Mestiço*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

¹⁴ Hawkins, opus cit., p.219.

¹⁵ Gilman, Sander. L. Sexology, Psychoanalysis, and Degeneration In: *Difference and Pathology – Stereotypes of Sexuality, Race, and Madness*. Ithaca: Cornell University Press, 1994. p.208-209.

¹⁶ Nancy Leys Stepan oferece uma ótima introdução à eugenia no primeiro capítulo de seu livro *The Hour of Eugenics – Race, Gender, and Nation in Latin América*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1996. Nancy Ordover, por sua vez, esclarece melhor as relações entre a eugenia e o nacionalismo em seu recente *American Eugenics – Race, Queer Anatomy, and the Science of Nationalism*. Minneapolis: Minnesota Univ. Press, 2003.

¹⁷ É importante sublinhar que categorias raciais não são representações de grupos biológicos pré-existentes e caracterizados de forma neutra pela ciência, antes distinções baseadas segundo interesses políticos e econômicos.

¹⁸ Sobre o tema consulte Stepan, Nancy L. *The Idea of Race in Science: Great Britain 1800-1960*. London: Macmillan Press, 1982.

¹⁹ Para uma análise concisa da sexologia consulte Gilman, Sander L. Sexology, Psychoanalysis, and Degeneration In: *Opus cit.*, 1994. Uma discussão mais recente sobre essa “ciência” é desenvolvida em Bristow, Joseph. *Sexuality*. London: Routledge, 1997.

²⁰ Para um estudo sobre a recepção brasileira de Lombroso e outros criminologistas no Brasil consulte o artigo de Marcos César Alvarez *A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais* In *Dados – Revista de Ciências Sociais* Rio de Janeiro: IUPERJ, vol.45, 2002 e seu livro *Bacharéis, Criminologistas e Juristas – Saber Jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.

²¹ Já há uma tradução para o português de Psychopathia Sexualis São Paulo: Martins Fontes, 2001.

²² Gilman, Sander. L. *Franz Kafka, the Jewish Patient*. New York: Routledge, 1995. Especialmente o capítulo Tuberculosis as a Test Case. p. 169-228.

²³ Cf. Stepan, Op. Cit, p.29.

²⁴ Segundo Nancy Ordover, entre a aprovação da primeira lei de esterilização norte-americana pelo Estado de Indiana em 1907 até o fim da Segunda Guerra Mundial, ao menos 70 mil pessoas foram esterilizadas nos Estados Unidos. As vítimas de tais práticas foram doentes mentais e, sobretudo, mulheres pobres de origem negra ou hispânica. Cf. Ordover, Op. Cit.

²⁵ Sobre a formação do pensamento social brasileiro associado a estas teorias deterministas veja Schwarcz, Lília Mortiz. *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

²⁶ Nancy Ordoover analisa a história das tentativas “científicas” de explicar a homossexualidade. Para uma resenha do livro da pesquisadora norte-americana consulte Miskolci, Richard. Ameaças do Presente. In: *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP/Pagu, 2003, v.21, p.327-334.

²⁷ As reflexões de Durkheim sobre o desvio social são marcadas por sua concepção comunitária do social (cf. Dubar, 2001), o que restringiu a aceitação da autonomia individual, pois sempre via nela uma tendência ao afrouxamento dos laços sociais. É patente a influência de analogias entre sociedade e organismo em sua obra, mas a ênfase em um compromisso com a ordem e o controle social se disseminou a partir da leitura que Talcott Parsons fez de seus escritos. Esta compreensão funcionalista de Durkheim ecoou até mesmo em Raymond Aron e sua afirmação de que o objetivo do criador da sociologia era desenvolver uma espécie de patologia das sociedades visando a proposta de reformas sociais (cf. Aron, 1995, p.342). Recentemente, Anthony Giddens criticou essa leitura de Durkheim em seu ensaio Quatro mitos na história do pensamento social no *Em Defesa da Sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p.181-227.

²⁸ Para uma introdução à Escola de Chicago consulte Coulon, Alain. A Escola de Chicago. Campinas: Papirus, 1995.

²⁹ O termo interacionismo simbólico foi criado por Herbert Blumer em 1938. Blumer buscou introduzir o legado de Chicago na teoria sociológica, mas a Escola de Chicago nunca se caracterizou pela teoria sistemática, antes pela criação de pesquisas-modelo e transmissão oral de sua metodologia. Um exemplo disto está em George Herbert Mead, o qual quase não publicou em vida. A Escola de Chicago pôde desenvolver suas pesquisas graças a certo isolamento teórico, o que permitiu fugir à influência de Parsons, da Teoria Crítica e do Marxismo.

³⁰ Hans Joas apresenta um panorama das fontes pragmáticas do interacionismo simbólico em seu texto Interacionismo Simbólico In: Giddens, Anthony e Turner, Jonathan. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

³¹ São Paulo e Chicago tinham similaridades patentes devido à história comum de duas metrópoles que se desenvolveram de forma acelerada através da industrialização e da vinda de imigrantes de todas as partes do mundo. Na década de 1930, eram comuns anúncios que denominavam a cidade brasileira como a Chicago da América do Sul.

³² Coulon, Alain. 1994, p.57.

³³ O livro foi publicado em português como *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo, Perspectiva, 2001.

³⁴ Becker, Howard. *Outsiders*. New York: Simon&Schuster, 1997.

³⁵ Rubin, Gayle. The traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy of Sex’” In: Reiter, Rayna. *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press, New York, 1975.

³⁶ Para um panorama histórico dos estudos de gênero consulte Piscitelli, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: A Prática Feminista e o Conceito de Gênero. Textos Didáticos, n.48. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

³⁷ O estudo pioneiro sobre pânico morais é creditado a Stanley Cohen com seu livro *Folk Devils and Moral Panics: The Creation of Mods and Rockers*. London: MacGibbon & Kee, 1972 ao qual se seguiram HALL, Stuart et alli. *Policing the Crisis: Mugging, the State, and Law and Order*. London: Macmillan, 1978 e os mais recentes Goode, Erich & Ben-Yehuda, Nachman. *Moral Panics – The Social Construction of Deviance*. 1994 e Thompson, Kenneth. *Moral Panics*. London: Routledge, 1998. Nos estudos de gênero há um crescente interesse pelos pânico morais, mas Gayle Rubin foi uma das primeiras a explorar essa abordagem

em seu texto de 1984 intitulado *Thinking Sex In: Abelove, Henry et alli. The Lesbian and Gay Studies Reader*. London/New York, Routledge, 1992.

³⁸ É bem conhecida a explicação foucaultiana de como a sodomia, uma prática sexual entre outras, passou a caracterizar uma nova identidade social a partir de 1870. Foi nesse ano que um psiquiatra alemão, Westphal, caracterizou o homossexual como tipo social identificável a partir de uma determinada prática sexual. Se o sodomita era um réincidente no pecado da sodomia, o homossexual passa a ser uma “espécie” (cf. Foucault, 1985, p.43). Degenerado segundo o termo corrente em fins do século XIX, pesava sobre aquele que se relacionava sexualmente com seus iguais o estigma de um desvio sem cura, portanto definitivo e mortal.

³⁹ Este não foi o primeiro livro do filósofo, mas com certeza o que inicia o “projeto” teórico que marcará sua vida como pensador. Foucault, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1996. Para interpretações do livro veja Cangilhem, Georges et alli. *Foucault – Leituras da História da Loucura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁴⁰ Esta interpretação da obra de Foucault como marcada por este projeto único foi desenvolvida recentemente por Didier Eribon em seu livro *Reflexiones sobre la cuestión gay*. Barcelona: Anagrama, 2001.

⁴¹ A *Queer Theory* busca mostrar como categorias sexuais (ou identidades) são construções histórico-sociais. Dentre os pioneiros *queer* encontram-se Mary MacIntosh, autora de *The Homosexual Role* (1981), Gayle Rubin, autora de *Thinking Sex* (1984), Eve Kosofsky Sedgwick, autora de *Between Men: English Literature and Male Homosocial Desire* (New York: Columbia Univ. Press, 1985) e *Epistemology of the Closet* (Berkeley: Univ. of Califórnia Press, 1990) e Judith Butler, autora de *Gender Trouble* (1990), recentemente traduzido para o português como *Problemas de Gênero*. (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003). Para uma introdução aos estudos *queer* consulte Jagose, Annemarie. *Queer Theory – An Introduction*. New York: New York University Press, 1996 e Bristow, Joseph. *Sexuality*. London: Routledge, 1997.

⁴² Alguns compreendem os estudos *queer* como pós-identitários (cf. Louro, 2001), mas tal tradução é questionável, pois a identidade não é superada, antes questionada em suas bases aparentemente ahistóricas. Portanto, não se trata de ir além das identidades, mas sim da forma naturalizada de as compreender.

⁴³ A influência de Foucault em terras brasileiras ficou patente em 1978 com a publicação de *Danação da Norma* pelo filósofo Roberto Machado e de *Psiquiatria como Discurso da Moralidade* de Joel Birman, orientando de Machado. Em 1979, surge o clássico *Ordem Médica e Norma Familiar* de Jurandir Freire Costa.

⁴⁴ Muricy, Kátia. *A Razão Cética – Machado de Assis e as Questões de seu Tempo*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

⁴⁵ Para um panorama histórico da recepção de Foucault no Brasil consulte Rago, Margareth. “O Efeito Foucault na Historiografia” In: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo: Departamento de Sociologia, outubro de 1995, v. 7, n.1-2, p.67-82.

⁴⁶ Entre os estudos mais recentes sobre subjetivações na linha de gênero destacam-se as reflexões de Tania Navarro Swain (2002) e a pesquisa de Margareth Rago sobre o grupo anarquista espanhol Mujeres Libres (2005).